

Governo adia novo pacote

JORNAL DO BRASIL

para consultar políticos

Arquiv

Mariluce Moura

Brasília — O governo concedeu-se um “prazo político” e adiou possivelmente para a próxima semana as decisões que será obrigado a tomar na área econômica, na tentativa de impedir que o país chegue a uma situação ingovernável. As divergências até ontem insuperáveis entre os ministros da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho, quanto aquilo que deve ser feito, principalmente em relação à política de preços e salários, exigiram um sistema de consulta mais amplo e profundo às lideranças políticas, para que o presidente Sarney possa tomar medidas, “mais que difíceis, heróicas”, conforme expressão de um parlamentar do PMDB.

Depois de passarem a tarde de ontem reunidos no Palácio do Planalto, os ministros Dilson Funaro, João Sayad e Almir Pazzianotto encontraram-se à noite com os governadores eleitos e outros políticos, na casa do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para explicarem abertamente as diferentes alternativas que propõem para reorganizar a economia do país.

Sectores expressivos do PMDB, contudo, com representantes presentes a este encontro, poucas horas antes mostravam-se dispostos não apenas a ouvir, mas a apresentar outras propostas concretas, capazes, na sua avaliação, de colocar o país, antes mesmo da abertura do novo parlamento, num rumo definido já que hoje é absoluta a desorientação.

— Entendemos que é preciso que frente à dívida externa, o país declare-se neste momento incapaz de fazer quaisquer pagamentos, com base na lei 4131, de setembro de 62. Em relação aos salários, trata-se não

apenas de necessidade de preservar o gatilho, mas de dar um aumento substancial do salário mínimo, para algo em torno de Cz\$ 3 mil, já que são os próprios empresários que admitem não mais se basearem no salário mínimo oficial — explica um desses parlamentares. Quanto ao problema de preços, segundo ele seria preciso até mesmo examinar a proposta de uma inflação programada, para um patamar de, no máximo, 80%. E além disso, na área financeira, mais que o tabelamento de juros, é preciso discutir a reorganização profunda de todo o sistema, “porque nenhum dessas medidas isoladas, com CDB ou caderneta de poupança vai resolver coisa alguma”.

Nas divergências entre os ministros, que foram expostas aos políticos pemedebistas ontem à noite, destaca-se o problema do realinhamento de preços: Funaro entende que com todos os preços realinhados e em seguida sob controle rigoroso por algum tempo, derruba-se a inflação para a faixa dos 4% ao ano. Sayad, pelo contrário, entende que o realinhamento neste momento pode levar a uma hiperinflação. No caso dos salários, o pomo da discórdia está no gatilho da escala móvel: Pazzianotto defende a sua manutenção, Funaro prefere o abono e Sayad olha com desconfiança para os dois instrumentos.

Dentro do PMDB, em paralelo à incapacidade de os ministros chegarem a um consenso, como lhes determinou há alguns dias o presidente, cresce a pressão para que o presidente tome uma decisão, à revelia dos ministros e escudado no partido. E enquanto isto não ocorre, a expressão ingovernável vai sendo repetida com insistência, não só por parlamentares, como por alguns dos mais próximos assessores de Sarney.